EFEITOS SUCESSÓRIOS NAS FAMÍLIAS PARALELAS*

Ariadine Flôres**

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende analisar o reconhecimento no ordenamento jurídico brasileiro das relações que se constituem paralelamente a uma união estável ou a um casamento e os consequentes direitos sucessórios que delas derivam.

A relevância de tomar essa discussão pela ciência do direito se dá pela necessidade de tutelar os direitos dos indivíduos que integram uma relação concomitante - haja vista serem relações que existem há muito tempo em nossa realidade social-, e que enfrentam muitas dificuldades e resistência em determinar uma solução jurídica para essas situações.

A família, em nosso contexto histórico, sempre representou um núcleo central da sociedade. Mas, ao longo do tempo, passou por vários ajustes e modificações à medida que a sociedade também se modificava. Tais mudanças e adaptações ocorreram tanto no sentido conceitual, quanto em sua estrutura.

* Artigo apresentado ao Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Metodista – IPA, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Direito. Orientadora: Profa. Me. Patrícia Outeiral de Oliveira.

** Bacharela em Direito pelo Centro Universitário Metodista – IPA.

A família, que hoje tem como base o princípio da afetividade e o anseio pela felicidade e bem-estar dos membros da entidade familiar, já se constituiu, em um passado não muito distante, com objetivos econômicos, patrimoniais e/ou procriação¹.

Nesse sentido, considerando as constantes evoluções sociais, a Constituição Federal de 1988 redefiniu o conceito de família, passando a considerar princípios constitucionais para resoluções de questões que envolvam a entidade familiar, bem como reconheceu arranjos familiares que antes eram vistos com maus olhos pela sociedade como, por exemplo, a união estável, antes tratada apenas como concubinato puro².

No entanto, as relações paralelas ao casamento/ união estável, em que pese presentes em nossa realidade social há muito tempo, não foram tuteladas pelo legislador e ainda enfrentam grande resistência ao seu reconhecimento, bem como dos direitos sucessórios inerentes a essa relação.

Cabe ressaltar que, em que pese à omissão legislativa, isso não coibiu sua existência. Os indivíduos não deixaram de se relacionar por não haver lei os protegendo.

Como é possível perceber nos títulos apontados no Código Civil - que fazem alusão à sucessão em caso de morte-, em nada se faz referência à configuração familiar em questão, o que resulta em desamparo àqueles que, por muitas vezes, vivem uma vida ao lado de alguém, que são separados em decorrência da morte e acabam por perder o companheiro(a) de vida e o direito às condições mínimas de subsistência.

¹ HIRONAKA, 2009, p. 453.

² União duradoura entre indivíduos desimpedidos de deveres matrimoniais ou por outra relação da mesma espécie, sem casamento civil. (PESSOA, 1997. p. 23).

Como será apresentado ao longo do texto, embora haja uma pequena parcela de decisões judiciais³ e doutrinadores⁴ que reconheçam direitos sucessórios aos concubinos⁵ que constituem uma relação paralela, a predominância de decisões e entendimentos ainda é no sentido de negar reconhecimento e seus consequentes direitos, bem como banalizar e até mesmo culpabilizar os indivíduos que compõem essa relação.

Portanto, considerando que as relações paralelas a um casamento/união estável são uma realidade presente em nossa sociedade, não deixando de existir mesmo sem a tutela do Estado - no que toca à sua existência e seus efeitos sucessórios, se mostra de extrema importância entender as barreiras encontradas para reconhecimento de tais direitos a esses indivíduos, uma vez que ainda é tratado como um tabu ou, muitas vezes, silenciado.

2. PRESSUPOSTOS PARA O RECONHECIMENTO DE ENTIDADE FAMILIAR NO DIREITO BRASILEIRO

Para falar sobre a concepção de entidade familiar no direito brasileiro, mostra-se necessária uma prévia análise histórica de como os pressupostos atuais se constituíram e, como a evolução

³ Apelação. União estável concomitante ao casamento. Possibilidade. Divisão de bem. “Triação”. Viável o reconhecimento de união estável paralela ao casamento. Precedentes jurisprudenciais. Caso em que a prova dos autos é robusta em demonstrar que a apelante manteve união estável com o falecido, mesmo antes dele se separar de fato da esposa. Necessidade de dividir o único bem adquirido no período em que o casamento foi concomitante à união estável em três partes. “Triação”. Precedentes jurisprudenciais. (Apelação Civil nº 70024804015, Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Relator desembargador Rui Portanova, Julgado em 13/08/09).

⁴ DIAS, 2015. p. 285.

⁵ Embora com certa ressalva, será usado, neste trabalho, o termo *concubinato* para fazer referência aos indivíduos que constituem uma relação paralela, para que, assim, não haja confusão entre o termo companheiro, usado geralmente para quem se une através da união estável, assim como por ser o termo tecnicamente mais adequado (PESSOA, Claudia Grieco Tabosa. Efeitos Patrimoniais do Concubinato. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 33).

das relações, os princípios morais, assim como os princípios religiosos, colaboraram para o que hoje é reconhecido como família e seus efeitos jurídicos.

Os seres vivos possuem em sua natureza a necessidade de constituir vínculos afetivos. Isso acontece, talvez, pela intrínseca necessidade de procriação ou pela incapacidade de viver sozinho⁶.

Em decorrência dessa necessidade que os indivíduos possuem, de constituir suas vidas em grupos e da aparente necessidade de compartilhamento de sentimentos, se constituem as famílias, tendo como fundamento basilar o afeto entre indivíduos. De acordo com Dias (2015, p. 29), “a família é um agrupamento espontâneo de indivíduos no meio social, sendo que é o direito que determina sua estruturação”.

2.1. CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O CONCEITO DE FAMÍLIA.

Pessoa (1997, p.7) salienta que, com o decorrer do tempo, a sociedade passa por importantes modificações de costumes em decorrência dos mais variados motivos, tais como fatores culturais, religiosos e morais. Isso resulta em uma conseqüente evolução conceitual e de relações e num conseqüente desligamento de princípios historicamente constituídos.

Segundo relata Engels (1981, p. 29), no período mais primitivo das relações entre os indivíduos, preponderavam relações sexuais indistintas. Ou seja, a monogamia não era relevante ou algo que fizesse parte daquela realidade, tal como se constituiu com o passar do tempo. Naquele período, todos os homens possuíam várias parceiras e as mulheres possuíam a mesma liberdade.

Para o autor, nesse período, notava-se certa supremacia feminina em relação aos homens. Tal supremacia estava calcada no poder de saber quem eram os genitores de seus filhos - o que proporcionava certa vantagem sob a figura masculina.

⁶ DIAS, op. cit, p. 19.

No decorrer do tempo, segundo Camilla de Araújo Cavalcante (2016, p.26), a figura masculina das tribos começou a aflorar, tendo em vista o aperfeiçoamento dos utensílios de caças e o domínio dos metais. Como os poderes de sustento da família aumentavam, isso lhes garantiu maior força, ocasionando uma quebra dos direitos femininos.

Segundo a autora⁷, esse momento contribuiu para que o homem se apoderasse na sociedade e nas relações afetivas, sendo a ocasião marcada pela transição das relações poligâmicas e poliândricas, para as relações monogâmicas.

Como consequência dessa transição de poderes entre o sexo feminino e o masculino, se estabeleceu a supremacia desse sobre aquele, sendo que o enfoque principal das relações era a procriação. Isso, somado à monogamia, garantia ao genitor o reconhecimento da paternidade do descendente que herdaria seus bens, diferente do que era quando o poder feminino preponderava nas aldeias⁸.

Tempos após, já em relação às civilizações romanas, Marise Correa⁹ afirma a existência de uma grande submissão de todos os membros da família à figura do homem, do chefe de família, que detinha poder de vida e morte sobre seus filhos e esposa.

Para Paulo Lôbo¹⁰, no período dessa civilização, a entidade familiar se resumia à dependência do chefe de família. Incluindo a centralização do poder do homem em relação aos filhos, esposa e escravos - sendo que a afetividade entre os membros não era relevante frente ao poderio da figura masculina.

Passado esse período, já contando com influências do Direito Germânico, o casamento passa a possuir um caráter de Sacramento e, a família, um viés mais democrático, deixando de lado o poder absoluto do *pater famílias*¹¹.

⁷ CAVALCANTI, 2016, p.27.

⁸ ENGELS (1984, p. 66 apud CAVALCANTI; Camila, 2016, p. 27).

⁹ CORRÊA, 2009. p. 16.

¹⁰ LÔBO, 2009. p. 8.

¹¹ CAVALCANTE, op. cit. p. 28.

Na Idade Média, a entidade familiar passa a se constituir com uma forte influência política e econômica, em que a maior preocupação era o acúmulo de riqueza entre as famílias, surgindo, assim, a burguesia - conhecida historicamente¹².

Para Pessoa¹³, nesse período da evolução histórica da família, os indivíduos possuíam um preço, sendo que as alianças conjugais baseadas nos interesses econômicos eram escolhidas pelos pais dos nubentes. Ainda aqui, as afinidades e afetividades não eram relevantes e ficavam em segundo plano.

Esse é um momento em que ficam claros os fatores econômicos e culturais definindo e/ou influenciando a constituição da entidade familiar. A afetividade e a felicidade não faziam parte dos anseios dos indivíduos, uma vez que eram aceitas como natural as uniões arranjadas, com o fito de aumentar o poder econômico da burguesia.

A partir de então, foi como se o sistema patriarcal houvesse criado raízes fortes na sociedade, fazendo com que o modelo monogâmico passasse a preponderar e a mulher passasse a ter sua importância reduzida. Era a figura masculina que possuía destaque na vida social, política e como administradora das casas e dos membros pertencentes à sua família - ao passo que, à mulher, cabia cuidar dos filhos, mantendo sempre uma postura de passividade¹⁴.

Foi no século XIX que a estrutura familiar começou a passar por algumas alterações. Nesta época, a sociedade sofreu modificações e transformações no entendimento de entidade familiar, pressionado por movimentos sociais feministas, que passaram a reivindicar o lugar da mulher na sociedade, demonstrando o desejo de uma participação mais ativa das mulheres¹⁵.

Foi a partir dessas mudanças, bem como com a redução da supremacia masculina dentro do núcleo familiar, que o matrimô-

¹² Ibid., p. 29.

¹³ PESSOA, 1997. p. 9.

¹⁴ Ibid., p. 30.

¹⁵ Ibid, p. 34.

nio como instrumento de concretude das uniões perde o caráter consolidador. A partir daquele momento, as famílias passaram a serem constituídas motivadas não mais pelos interesses econômicos, mas pelo afeto recíproco e pelo amor¹⁶.

2.2- A FAMÍLIA NO ORDENAMENTO BRASILEIRO ANTES E DEPOIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Como já mencionado anteriormente, os agrupamentos entre indivíduos existem antes mesmo da organização do Estado enquanto ente regulamentador e fiscalizador das relações entre indivíduos. Sendo que, antes das leis escritas, as famílias que se constituíam respeitavam-se entre si e se autor regulamentavam. Essa forma de regramento e organização entre as entidades familiares deram-se até o surgimento das leis escritas¹⁷.

No Brasil, o período anterior à edição das primeiras leis escritas sofreu influências das ordenações Afonsinos, Manuelinas e Filipinas. Especialmente no primeiro, o casamento era considerado um sacramento religioso, no qual qualquer ato que fosse de encontro à entidade familiar seria punido por Deus e com a posterior perda de bens econômicos.

Essa ideia de sacramento das uniões conjugais seguiu com previsão nos ordenamentos Manuelinas e Filipinas, possuindo a família um caráter sagrado¹⁸.

No Código Civil brasileiro de 1916 - que sofreu forte influência do Código de Napoleão- estabeleceu-se, igualmente, o regime patriarcal em relação à família; sustentando que o casamento era um vínculo indissolúvel, que se constituía entre mulher e homem, que só pôde ser desfeito com a edição da Lei de dissolução da sociedade conjugal, de 1977¹⁹.

¹⁶ Ibid, p. 35.

¹⁷ Ibid.,p. 79.

¹⁸ Ibid, p. 86.

¹⁹ Ibid, p. 89.

O referido código deixou de considerar outros modelos de uniões afetivas que já existiam naquele período, tais como as uniões estáveis e o próprio concubinato, deixando-as, assim, desprotegidas e sem direitos garantidos àqueles que escolhiam constituir uma relação que não fosse o instituído matrimônio²⁰.

O código de 16 consagrou os princípios religiosos e conservadores, mantendo a figura masculina como mentora e em posição superior aos demais membros da entidade familiar, determinando - mais uma vez na história - a inferioridade feminina frente aos homens; permitindo à mulher uma participação inferior na sociedade e no núcleo familiar²¹.

Ademais, as normas conservadoras do mencionado Código, que consagrou o casamento como única maneira de constituir família - desabonando ou desqualificando as distintas uniões - não reconheceu, também, os filhos havidos fora do casamento e os filhos adotados²².

Com o advento da Lei nº 6.515/77 - Lei do Divórcio - aumentou o número de famílias monoparentais²³, bem como abriu

²⁰ CUNHA, O conceito de família e sua evolução histórica, 2009. Disponível em: <<http://investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/historia-do-direito/170332>>. Acesso em 8 out. 2017.

²¹ A mulher e o casamento na sociedade brasileira no século XX e XXI: Breve comparativo histórico. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33771-44077-1-PB.pdf>. Acessado em 20 nov 2017

²² DIAS, 2015. p. 32.

²³ "A possibilidade de divórcios, após o Código Civil francês, e, consequentemente, o reconhecimento da dissolução do casamento por outros ordenamentos jurídicos, a exemplo do Brasil, em 1977, e em Portugal, em 1910, e, posteriormente, com a concordata assinada com a Santa Sé, em 1975, como antes mencionado, ocasionou, portanto, aumento considerável dos lares monoparentais, sendo também de grande monta a possibilidade dos recasamentos e constituição das famílias recompostas, núcleos familiares esses que, ou não estão previstas na lei infraconstitucional - e mesmo nas Constituições, como adiante se verá - ou são alvo de uma tutela superficial devendo-se, por esta razão, o socorro dos aplicadores da lei em recorrer aos princípios constitucionais que asseguram o poder de liberdade das pessoas em constituírem família. (CAVALCANTE, 2016. p. 92).

possibilidade para novos casamentos e a formação de famílias recompostas ²⁴. Estas não eram tuteladas ou eram tuteladas de forma rasa, sendo necessário recorrer a princípios constitucionais que garantiram a liberdade dos indivíduos de constituir família, bem como ao judiciário para verem protegidos seus direitos e sua existência²⁵.

No entanto, o marco da revolução do Direito de Família no Brasil se deu com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que, pautada nos Direitos e Garantias Fundamentais, estabelece proteção e direitos a todos os membros que constituem a entidade familiar, passando a reconhecer igualdade entre os filhos havidos ou não do casamento, bem como tratou de forma isonômica homens e mulheres²⁶.

Cabe referir que a Constituição Federal de 1988 quebrou paradigmas enraizados pelo sistema patriarcal no tocante à entidade familiar e na forma de constituir família - uma vez que já não garante mais ao homem a posição de chefe ou senhor dos direitos da vida dos membros da família.

Com o advento das novas concepções relativas às estruturas e direitos das famílias trazidas pela mencionada Carta Constitucional, o Código Civil de 1916 já não se mostrava mais em consonância com os preceitos constitucionais e foi posteriormente revogado pelo Código Civil de 2002²⁷.

No que se refere à edição do Código Civil de 2002, em que pese tenha entrado em vigor no ano de 2003, seu projeto é original do ano de 1975. Ou seja, anterior à promulgação da Carta

²⁴ Família que se forma após o término de casamentos anteriores, composta pela diversidade de vínculos, de compromissos, funções e afetos dos membros que a compõe. (DIAS, 2015. p. 141).

²⁵ CAVALCANTE, 2016. p. 92.

²⁶ BERTUOL, A tutela Jurídica das Famílias Simultâneas, 2012. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67276/000872768.pdf?sequence=1>>. p 14. Acesso em 13 out. 2017.

²⁷ OLIVEIRA, Amanda Muniz. BASTOS, Rodolpho Alexandre dos Santos, 2017. p. 256.

Magna, o que resulta nas inúmeras emendas realizadas para que pudesse se aproximar o máximo possível das ideias protetivas, libertárias e igualitárias da referida carta constitucional²⁸.

O Código Civil de 2002, mesmo após os ajustes realizados a fim de adequá-lo ao ordenamento constitucional, tal como a carta democrática, deixa de reconhecer as famílias paralelas e as relações homoafetivas, optando por adotar o sistema heterossexual e monoparental como parâmetro de entidade familiar²⁹.

Um ponto de extrema importância em relação ao sistema de reconhecimento de entidade familiar adotado pela Constituição Federal de 1988 e pelo Código Civil de 2002, refere-se aos efeitos jurídicos patrimoniais e sucessórios. Segundo as previsões legais e constitucionais, apenas os que constituíram família heterossexual através do casamento ou da união estável têm seus direitos garantidos, desabonando os demais indivíduos que não observam previsões legais para se relacionarem entre si. É o que refere Maria Berenice Dias (2015):

Outro questionamento diz respeito à exclusão do concubinato como união estável (CC 1.727). Nítida a tentativa de negar proteção legal às uniões paralelas, chamadas de concubinatos adulterinos, impuro, de má-fé e até de “cuncubinação”. Acabou ressuscitada a expressão concubinato, sepultada, em boa hora, pela Lei do Divórcio. Ao se vetar a possibilidade de reconhecimento a essas entidades familiares, se está subtraindo efeitos patrimoniais a um vínculo que – com ou sem o respaldo social ou legal – existe (DIAS, 2015, p. 105).

²⁸ DIAS, 2015, p. 33.

²⁹ OLIVEIRA, Amanda Muniz. BASTOS, Rodolpho Alexandre dos Santos, op. cit. p. 258.

Nesse sentido, em que pese o atual reconhecimento de outras formas de constituir família através de decisões judiciais³⁰

30 EMENTA: CIVIL. PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ADOÇÃO PÓSTUMA. VALIDADE. ADOÇÃO CONJUNTA. PRESSUPOSTOS. FAMÍLIA ANAPARENTAL. POSSIBILIDADE. Ação anulatória de adoção post mortem, ajuizada pela União, que tem por escopo principal sustar o pagamento de benefícios previdenciários ao adotado - maior interdito -, na qual aponta a inviabilidade da adoção post mortem sem a demonstração cabal de que o de cujus desejava adotar e, também, a impossibilidade de ser deferido pedido de adoção conjunta a dois irmãos. A redação do art. 42, § 5º, da Lei 8.069/90 - ECA -, renumerado como § 6º pela Lei 12.010/2009, que é um dos dispositivos de lei tidos como violados no recurso especial, alberga a possibilidade de se ocorrer a adoção póstuma na hipótese de óbito do adotante, no curso do procedimento de adoção, e a constatação de que este manifestou, em vida, de forma inequívoca, seu desejo de adotar. Para as adoções post mortem, vigem, como comprovação da inequívoca vontade do de cujus em adotar as mesmas regras que comprovam afiliação socioafetiva: o tratamento do menor como se filho fosse e o conhecimento público dessa condição. O art. 42, § 2º do ECA, que trata da adoção conjunta, buscou assegurar ao adotando a inserção em um núcleo familiar no qual pudesse desenvolver relações de afeto, aprender e apreender valores sociais, receber e dar amparo nas horas de dificuldades, entre outras necessidades materiais e imateriais supridas pela família a que, nas suas diversas acepções, ainda constitui a base de nossa sociedade. A existência de núcleo familiar estável e a consequente rede de proteção social que podem gerar para o adotando, são os fins colimados pela norma e, sob esse prisma, o conceito de núcleo familiar estável não pode ficar restrito às fórmulas clássicas de família, mas pode, e deve ser ampliado para abarcar uma noção plena de família, apreendida nas suas bases sociológicas. Restringindo a lei, porém, a adoção conjunta aos que, casados civilmente ou que mantenham união estável, comprovem estabilidade na família, incorre em manifesto descompasso com o fim perseguido pela própria norma, ficando teleologicamente órfã. Fato que ofende o senso comum e reclama atuação do intérprete para flexibilizá-la e adequá-la às transformações sociais que dão vulto ao anacronismo do texto de lei. O primado da família socioafetiva tem que romper os ainda existentes liames que atrelam o grupo familiar a uma diversidade de gênero e fins reprodutivos, não em um processo de extrusão, mas, sim, de evolução, no qual as novas situações se acomodam ao lado de tantas outras, já existentes, como possibilidades de grupos familiares. O fim expressamente assentado pelo texto legal - colocação do adotando em família estável - foi plenamente cumprido, pois os irmãos, que viveram sob o mesmo teto, até o óbito de um deles, agiam como família que eram, tanto entre si, como para o então infante, e naquele grupo familiar, o adotado se deparou com relações de afeto, construiu - nos limites de suas possibilidades - seus valores sociais, teve amparo nas horas de necessidade físicas e emocionais, em suma, encontrou naqueles que o adotaram, a referência necessária para

e por força de militância da doutrina especializada, as famílias paralelas ainda são um tabu no ordenamento jurídico brasileiro, e os indivíduos que assim escolhem viver, permanecem desamparados, no que se refere aos efeitos jurídicos inerentes às entidades familiares reconhecidas pelo Estado.

3. PLURALISMO DAS ENTIDADES FAMILIARES.

Com as mudanças e a evolução que ocorreram na sociedade e na forma dos indivíduos se relacionarem, somado à necessidade que as ciências jurídicas possuem de acompanharem e se adequarem às novas realidades e situações que se constituem entre os indivíduos, a Carta Constitucional, promulgada em 1988, dedicou seu artigo 226³¹ para garantir a proteção dos membros que constituem a família: tanto aquela que se constitui historicamente pelo matrimônio, quanto as que se formam através da união estável e as monoparentais³².

crescer, desenvolver-se e inserir-se no grupo social do qual hoje faz parte. Nessa senda, a chamada família anaparental - sem a presença de um ascendente -, quando constatado os vínculos subjetivos que remetem à família, merece o reconhecimento e igual status daqueles grupos familiares descritos no art. 42, § 2, do ECA. Recurso não provido (STJ - REsp: 1217415 RS 2010/0184476-0, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 19/06/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/06/2012).

³¹ Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. § 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.

³² GOMES, As novas entidades familiares: o caminho trilhado para um novo conceito de família. Disponível em: <http://www.fespfaculdades.com.br/pai-nel/uploads/arquivos/trabArquivo_30082010080840_MYRNA.pdf>. Acesso em 13 out. 2017.

Ocorre que, conforme ampla discussão jurisprudencial³³ e doutrinária³⁴, as entidades familiares listadas no referido dispositivo constitucional não se mostram estanques, sendo defendido pela doutrina especializada³⁵ que apenas se trataria de uma ideia de pluralidade familiar, abrindo possibilidades para o reconhecimento de outros arranjos familiares.

Em relação à interpretação do art. 226 da Constituição Federal de 1988, assim aduz Lôbo (2002):

No caput do art. 226 operou-se a mais radical transformação, no tocante ao âmbito de vigência da tutela constitucional à família. Não há qualquer referência a determinado tipo de família, como

³³ DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO DE FAMÍLIA. PRETENSÃO DA COM-PANHEIRA A PENSIONAMENTO PELO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO.(IPSEP) POSSIBILIDADE DE UNIÃO DÚPLICE. UNIÃO ESTÁVEL QUE PERDUROU POR 40 (QUARENTA) ANOS. CASAMENTO DO SEGURADO, VINTE ANOS APÓS O TERMO INICIAL DA UNIÃO ESTÁVEL. PLURALISMO DAS ENTIDADES FAMILIARES. INTELIGÊNCIA DO ART. 226 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CLASSIFICAÇÃO NÃO EXAUSTIVA. NATUREZA INCLUSIVA DA INTERPRETAÇÃO DA NORMA CONSTITUCIONAL. EXPANSÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 1723 DO CÓDIGO CIVIL. EFEITOS NA ORDEM JURÍDICA. ASSEGURAMENTO DA PROTEÇÃO DO ESTADO. PROVIMENTO. - Demonstrados os pressupostos de constituição da união assemelhada ao casamento. Comprovados os termos inicial e final da união estável. Evidenciada a intenção dos conviventes no que respeita à constituição da unidade familiar. Art. 226 da C.F. - classificação de família não constitui *numerusclausus*.- Reconhecimento da união estável, anterior e paralelamente ao casamento. Relacionamento iniciado em 1951. Força e efetividade da realidade social. Efeitos na ordem jurídica. CF. - foco de regulamentação da família privilegia as pessoas que integram o núcleo familiar. Repersonalização do Direito de Família. - Recurso provido. (STJ - Ag: 1304674, Relator: Ministro CASTRO MEIRA, Data de Publicação: DJe 10/08/2010).

³⁴ Fala-se, portanto, em famílias, não mais subsistindo o conceito único e indissociável da família atrelada ao sistema patriarcal, mas sob o fundamento da dignidade humana e no direito fundamental à liberdade de constituir família, novos grupos familiares surgem, ilustrando não mais a figura de um poder eminente central, vertical e opressor, mas poderes mútuos, horizontais, fazendo da família um ambiente democrático (CAVALCANTI, 2016. p.38/39).

³⁵ DIAS, 2015, p.131

ocorreu com as constituições brasileiras anteriores. Ao suprimir a locução “constituída pelo casamento” (art. 175 da Constituição de 1967-69), sem substituí-la por qualquer outra, pôs sob a tutela constitucional “a família”, ou seja, qualquer família. A cláusula de exclusão desapareceu. O fato de, em seus parágrafos, referir a tipos determinados, para atribuir-lhes certas consequências jurídicas, não significa que reinstituiu a cláusula de exclusão, como se ali estivesse a locução “a família, constituída pelo casamento, pela união estável ou pela comunidade formada por qualquer dos pais e seus filhos”. A interpretação de uma norma ampla não pode suprimir de seus efeitos situações e tipos comuns, restringindo direitos subjetivos (Lôbo, 2002, p.5).

Nesse sentido, as entidades familiares reconhecidas expressamente no artigo 226 da Carta Maior se mostram apenas exemplos de famílias mais comuns, sendo que aos indivíduos é possibilitada a escolha do arranjo familiar que a faça feliz, mesmo que esse não esteja previsto taxativamente no texto constitucional³⁶.

No entanto, devido aos mais variados arranjos familiares que surgiram e vêm surgindo em nossa sociedade, nota-se que o poder legislativo deixa de dar a devida atenção e ainda trata certas formas de relacionamento como inapropriado, deixando de considerar e de ofertar a proteção para aqueles indivíduos que se reúnem e se consideram uma família em determinadas configurações.

Para Paulo Lôbo (2002, p.6), a concepção mais adequada para família seria: *um grupo social fundado essencialmente nos laços de afetividade (...)*.

³⁶ SOALHEIRO, Família Paralela: uma análise à luz do pluralismo familiar. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,familia-paralela-uma-analise-a-luz-do-pluralismo-familiar;43622.html#_ftn1>. Acesso em 14 out. 2017.

Admitir a evolução conceitual e estrutural pelos quais a família perpassou não implica em desvalorizar a família tradicional ou desconectar-se do passado. O que se deseja é reconhecer as mais variadas formas que os indivíduos passam a se relacionar e oferecer a esses todos os direitos e proteções que lhes são devidos pelo Estado, sem exceção³⁷.

No entanto, o que se nota é que não há um movimento do Estado no sentido de tratar com isonomia todos os novos arranjos familiares e aqueles que não cumprem com o histórico critério do casamento, como é o caso das famílias paralelas.

Nesse sentido, se mostrou necessário recorrer aos princípios constitucionais para ver tutelado, o direito de existência de alguns arranjos familiares e os consequentes efeitos jurídicos inerentes às entidades familiares já reconhecidas pelo Estado, como é o exemplo das uniões homoafetivas³⁸.

3.1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA FAMÍLIA

O Estado estabeleceu tutela especial constituída de princípios e normas para a família – considerada o cerne da sociedade. Cabe ressaltar que o princípio da dignidade humana, previsto no art. 1º, III, da Carta Constitucional, é o princípio que norteia os demais, haja vista que está intrínseco à condição humana dos indivíduos e garante o respeito e a proteção no sentido de assegurar um tratamento humano e não degradante a todos, sem distinção pela escolha da forma com que se relacionam com os demais.³⁹

O princípio da solidariedade familiar decorre do dever recíproco existente entre os membros de uma família. Possui em sua essência um caráter ético e fraterno, bem como possui vínculo nas

³⁷ CAVALCANTE, 2016. p. 41.

³⁸ GOMES. As novas entidades familiares: o caminho trilhado para um novo conceito de família. Disponível em: <http://www.fespfaculdades.com.br/painel/uploads/arquivos/trabArquivo_30082010080840_MYRNA.pdf>. p. 15. Acesso em 14 out. 2017.

³⁹ SARLET, 2006. p. 107.

relações afetivas. A Constituição Federal de 1988 traz o princípio da solidariedade familiar, intrínseco em seus artigos 227 e 230, ao prever o dever de amparo os idosos, de assistência aos filhos, bem como o dever de garantia absoluta de direitos das crianças e dos adolescentes.

De igual forma, o Código Civil de 2002 traz em seu art. 1.511 a plena comunhão de vidas no casamento e, no art. 1.694, a obrigação de alimentos, sendo que as referidas previsões concretizam o princípio da solidariedade familiar⁴⁰.

Importante referir, ainda, que o princípio da solidariedade familiar não deve ser compreendido ou considerado apenas em relação ao aspecto patrimonial, mas também, e principalmente, no sentido de respeitar as relações entre os membros, manutenção de cuidado com os afetos que se constituem, bem como com o bem-estar de cada indivíduo em sua individualidade dentro das relações⁴¹.

Outro princípio de extrema relevância é o do pluralismo das entidades familiares, uma vez que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 227, passou a admitir outras configurações de entidades familiares, como a união estável e as famílias monoparentais (retirando o matrimônio como única forma de constituir família reconhecida pelo Estado), atribuindo a esses a devida tutela e os consequentes efeitos jurídicos que lhe cabem.

Com o reconhecimento dessas outras formas de constituir família, quebrou-se a unicidade instaurada nos textos constitucionais anteriores e passou-se a tutelar a existência de vínculos familiares que antes eram invisíveis ou marginalizados. Dessa forma, o princípio do pluralismo familiar decorre desse reconhecimento, pelo Estado, da existência desses outros arranjos familiares⁴².

⁴⁰ DIAS, 2015. p. 49.

⁴¹ GOMES. As novas entidades familiares: o caminho trilhado para um novo conceito de família. Disponível em: <http://www.fespfaculdades.com.br/painel/uploads/arquivos/trabArquivo_30082010080840_MYRNA.pdf>. p. 17. Acesso em 14 out. 2017.

⁴² SOARES, O pluralism familiar: A Valorização do Direito de Família – Antigos e Novos Paradigmas. Disponível em: <<file:///C:/Users/ariad/Downloads/2442-9399-1-PB.pdf>>. p. 9. Acesso em: 14 out. 2017.

Já no que se refere ao princípio da igualdade previsto no art. 226, §5º da Magna Carta, esse colocou fim ao poder patriarcal e determinou direitos e deveres para homens e mulheres. Para Roberto Senise Lisboa, o fim do patriarcado estabeleceu igualdade de direitos entre os indivíduos que compõem a entidade familiar, já que a relação passou a ser fundada pelo companheirismo e cooperação⁴³.

O princípio da liberdade determina a impossibilidade de intervenção nas relações familiares por parte do Estado. O referido princípio, estabelecido no art. 226, §7º da Constituição Federal de 1988, permite tanto a liberdade em relação ao planejamento familiar quanto a de constituir o arranjo familiar que mais traga felicidade e bem-estar ao indivíduo.

Tal liberdade não significa que o Estado está impossibilitado de qualquer gerência em relação às entidades familiares, até mesmo para garantir os direitos de cada indivíduo, caso haja alguma violação. No entanto, isso não dá permissão ao Estado para interferir nas estruturas familiares ou na forma com que as relações se estabelecem⁴⁴.

O princípio da afetividade é um princípio que merece total atenção, uma vez que é o princípio que fundamenta o Direito das Famílias, tendo sido consagrado na Constituição em análise. Em observância à evolução que o conceito e a estrutura familiar apresentaram, deixou-se de considerar apenas os aspectos biológicos como vínculos familiares, sendo assegurada a igualdade de direitos e deveres àqueles que assumem o estado de filiação quando realizada adoção ou quando o vínculo afetivo se constitui das mais diferentes formas⁴⁵.

⁴³ LISBOA, 2004, p. 47.

⁴⁴ GOMES, As novas entidades familiares: o caminho trilhado para um novo conceito de família. Disponível em: <http://www.fespfaculdades.com.br/painel/uploads/arquivos/trabArquivo_30082010080840_MYRNA.pdf>. p. 28. Acesso em 14 out. 2017.

⁴⁵ LÔBO, Socioafetividade: O Estado da Arte no Direito de Família Brasileiro. Disponível em: <http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/rjlb/2015/1/2015_01_1743_1759.pdf>. p. 1. Acesso em 14 out. 2017.

Lôbo (apud DIAS, 2006, p. 60) assegura que “*o afeto não é fruto da biologia. Os laços de afeto e de solidariedade derivam da convivência familiar, não do sangue*”. O autor afirma, ainda, que a afetividade impulsiona e fundamenta o pluralismo familiar, considerando que esse é o princípio basilar para comprovar o direito de existência das entidades familiares que não estão previstas taxativamente na Constituição Federal.

Cabe ainda referir que, na jurisprudência brasileira, já se firmou entendimento que, em determinados casos, os laços afetivos prevalecem sobre os biológicos quando se reconhece a posse do estado de filiação⁴⁶, bem como quando se trata do bem-estar de uma criança, por exemplo. Pois, mesmo que existam e sejam conhecidos os familiares biológicos, esses não prevalecerão sem que haja efetiva convivência familiar regada por afeto e cuidado⁴⁷.

O princípio da proibição ao retrocesso social se mostra como um garantidor da efetividade de todos os princípios já mencionados e de todos os outros que asseguram proteção e reconhecimento à família, instituída na Constituição de 1988.

Nesse sentido, os princípios referentes à família se traduzem em garantias constitucionais que, após anos de construção histórica, foram firmados na Carta Maior e devem servir de espelho às leis infraconstitucionais. Qualquer norma que afronte tais princípios, além de ser inconstitucional, seria um grande retrocesso nas conquistas adquiridas pela sociedade⁴⁸.

⁴⁶ Posse de estado de filiação se trata da relação que se constitui onde uma pessoa se comporta como se genitor ou genitora fosse e outra que se comporta como se filho fosse, atribuindo a essa relação nomes e conhecimento da sociedade. (FACHIN, 2003, p. 321)

⁴⁷ LÔBO, Socioafetividade: O Estado da Arte no Direito de Família Brasileiro. Disponível em: <http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/rjlb/2015/1/2015_01_1743_1759.pdf>. p. 1. Acesso em 19 out. 2017.

⁴⁸ DIAS, 2015. p. 51.

3.2 MONOGAMIA

A monogamia ainda é motivo de grande controvérsia entre os doutrinadores, no que se refere à sua natureza jurídica.

Para Rodrigo da Cunha Pereira⁴⁹, a monogamia não seria uma regra moralista e, sim, um princípio jurídico⁵⁰ que organiza o matrimônio. Se assim não fosse, o Estado permitiria a constituição de múltiplas famílias concomitantes ao casamento e à união estável, ou seja, não se trataria de uma concepção moral, mas de um princípio negativo que garante e viabiliza alguns ordenamentos jurídicos como o brasileiro.

No entanto, Maria Berenice (2015, p. 42) o classifica como *“mera convenção decorrente do triunfo da propriedade privada sobre o estado condominal primitivo”* e que se prestaria primordialmente a garantias econômicas e sucessórias.

Para Ruzyk (2015, p. 42), a monogamia não pode ser tratada como um princípio do direito das famílias, mas como uma regra que visa cumprir o dever de fidelidade e proibir a multiplicidade de matrimônios.

Ademais, o Estado detém grande interesse em dar suporte à monogamia, haja vista que, há muito tempo, determinou que a família constitui a base da sociedade e procura sua manutenção em razão do interesse da propriedade privada.⁵¹

Tanto se mostra real tal arguição, que o ordenamento jurídico brasileiro defende veementemente a monogamia como imperativo negativo, sendo que, em que pese não guarde previsão constitucional, ganhou respaldo na lei infraconstitucional

⁴⁹ PEREIRA, Uma principiologia para o direito de família. Disponível em <http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/40.pdf>. p. 6. Acessado em 26 out 2017

⁵⁰ “Princípios jurídicos consistem apenas em uma espécie de norma jurídica por meio da qual são estabelecidos deveres de otimização aplicáveis em vários graus, segundo as possibilidades normativas e fáticas”. (Alexy, 1989, p. 77 apud Ávila; Humberto, 2011, p. 37).

⁵¹ DIAS, 2015. p. 42.

(art. 1.521, VI, do Código Civil e art. 235 do Código Penal⁵²) e na doutrina, assim como é fortemente defendida pela sociedade em decorrência de sua orientação religiosa⁵³.

Cabe referir que não há uma tentativa de afronta ao sistema monogâmico que acompanha historicamente a sociedade, mas uma ponderação ao poder Estatal de determinar qual relação conjugal é lícita ou não, uma vez que é através do ordenamento jurídico que o Estado institui reconhecimentos, assim como inclusão ou exclusão social⁵⁴.

A fidelidade e sinceridade de um relacionamento afetivo não existem porque a lei assim determina que deve ser constituída uma entidade familiar. O que determina a conduta dos indivíduos e a duração de um relacionamento saudável é o afeto que se cria e o desejo de bem-estar mútuo. Os vínculos afetivos não se constituem a partir de regras e princípios impostos pelo Estado, mas esse tem o dever de tutelar as relações e os direitos individuais daqueles que decidem viver nos arranjos familiares escolhidos⁵⁵.

4. REGRAS DE APLICAÇÃO DO DIREITO SUCESSÓRIO

O Direito Sucessório, a exemplo do Direito das Famílias, sofreu e continua sofrendo constantes alterações, sendo que sua razão de existir é conservar, melhorar e transmitir patrimônios aos que sucedem os entes que falecem⁵⁶.

Segundo Graeff⁵⁷, muitos acreditam que o direito sucessório teve como referência o princípio da *saisine*, o qual estabelecia

⁵² Art. 1.521 do Código Civil impede pessoas casadas de casar e art. 235 do Código Penal considera crime a bigamia (DIAS, 2015. p. 43).

⁵³ FERRARINI, 2010. p. 93.

⁵⁴ Ibid., p. 94.

⁵⁵ DIAS, O dever de fidelidade. Disponível em <[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_549\)2_o_dever_de_fidelidade.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_549)2_o_dever_de_fidelidade.pdf)>. p. 02. Acesso em 26 out 2017.

⁵⁶ NORONHA, 2011, p. 9.

⁵⁷ GRAEFF, 2012. p. 228.

que os herdeiros investem-se na posse e na propriedade do patrimônio de forma imediata após a morte do ente.

Seguindo a ideia desse princípio, o sistema jurídico brasileiro o previu no art. 1.572 do Código Civil de 1916⁵⁸ e, posteriormente, no art. 1.784 do Código Civil de 2002⁵⁹, sendo que, em que pese o Direito Sucessório tenha historicamente se fundado em torno de um contexto social, a realidade é que, assim como o Direito das Famílias, teve de se adequar às novas relações familiares e às novas interpretações doutrinárias e jurisprudenciais⁶⁰.

A transmissão hereditária ocorre automaticamente quando do falecimento do titular do patrimônio, sendo que o ordenamento jurídico brasileiro determina quem serão os beneficiários dos bens e direitos deixados pelo *de cujus*.

Os herdeiros serão aqueles instituídos por testamento e aqueles que fazem parte da sucessão *ex lege*, sendo que esses também são chamados de herdeiros necessários ou legítimos⁶¹.

A ordem de vocação hereditária, prevista no art. 1.829 do Código Civil,⁶² está assim determinada pelo legislador por ser considerada uma ordem de sucessão de preferência do *de cujus* que não exprimiu sua vontade através de um testamento.

⁵⁸ Art. 1.572. Aberta a sucessão, o domínio e a posse da herança transmitem-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários. Código Civil de 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071impressao.htm>. Acesso em 26 out. 2017.

⁵⁹ Art. 1.784. Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários. (Código Civil de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em 26 out 2017.

⁶⁰ GRAEFF, 2012. p. 228.

⁶¹ HIRONAKA, 2004. p. 17.

⁶² Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte: I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens; ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares; II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge;
III - ao cônjuge sobrevivente;
IV - aos colaterais.

Os herdeiros necessários elencados no art. 1.845 do Código Civil são compostos pelo cônjuge, descendentes e ascendentes do falecido. Tendo, o mencionado dispositivo, excluído da ordem de vocação dos herdeiros necessários aqueles que constituem suas famílias através da união estável. A sucessão dos companheiros (as) foi prevista no art. 1.790⁶³ instituindo regras distintas daquelas previstas àqueles que se unem através do matrimônio⁶⁴.

Cabe aqui referir que, somente no mês de maio do corrente ano, essa distinção havida entre cônjuges e companheiros, no que toca ao direito sucessório, foi solucionada no ordenamento jurídico brasileiro. O Supremo Tribunal Federal decidiu pela inconstitucionalidade do referido art. 1.790 e, conseqüentemente, estabeleceu a isonomia entre cônjuges e companheiros na sucessão de bens, inclusive em relação às uniões homoafetivas.

A decisão foi proferida pelo STF através do julgamento dos Recursos Extraordinários (REs) 646721 e 878694, através do qual se concluiu que inexistente elemento de discriminação que justifique regras diferenciadas entre cônjuges e companheiros, estabelecido pelo Código Civil, sendo aplicado os efeitos da decisão, independente da orientação sexual dos indivíduos⁶⁵.

Importa saber, ainda, que o cônjuge/companheiro(a) não pode ser excluído da herança, uma vez que faz jus à legítima⁶⁶ e

⁶³ Art. 1.790. A companheira ou o companheiro participará da sucessão do outro, quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, nas condições seguintes: I - se concorrer com filhos comuns, terá direito a uma quota equivalente à que por lei for atribuída ao filho; II - se concorrer com descendentes só do autor da herança, tocar-lhe-á a metade do que couber a cada um daqueles; III - se concorrer com outros parentes sucessíveis, terá direito a um terço da herança; IV - não havendo parentes sucessíveis, terá direito à totalidade da herança.

⁶⁴ HIRONAKA, 2004. p. 19.

⁶⁵ Julgamento afasta diferença entre cônjuge e companheiro para fim sucessório. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=342982>. Acesso em: 27 out 2017

⁶⁶ Quota indisponível da herança que equivale a metade do total do patrimônio, sendo que sempre que houver herdeiros necessário haverá igualmente a legítima que será garantida por cláusula de indisponibilidade. (DIAS, 2013, p. 113).

é detentor da qualidade de herdeiro - independente da vontade do *de cujus* e do regime de bens escolhido.

5. DIREITO SUCESSÓRIO E AS FAMÍLIAS CONCOMITANTES.

O Código Civil de 2002 deixa de observar as relações concomitantes presentes na realidade da sociedade, deixando de prever qualquer tratamento jurídico relativo ao direito sucessório. O legislador apenas se preocupou em privar de direitos aqueles que constituem relações paralelas ao casamento/ união estável.

No entanto, as famílias paralelas existem, são uma realidade social e desde que se constituem até o falecimento de um dos envolvidos nessa relação, várias situações são postas em questão, principalmente os efeitos sucessórios inerentes a essa união.

No tocante aos efeitos sucessórios, partindo da ausência de previsão legal, as questões que mais vêm à tona dizem respeito ao direito do concubino sobrevivente à meação do patrimônio do *de cujus* e, conseqüentemente à partilha, bem como à herança, pensão por morte e direito real de habitação.

Esse é um assunto que mostra grande controvérsia, trazendo argumentos válidos para distintos entendimentos doutrinários⁶⁷ e jurisprudências⁶⁸, sendo que, os que acreditam

⁶⁷ MADALENO, 2011, p. 1.090

⁶⁸ ACÓRDÃO Nº 6-0103/2013 APELAÇÃO CÍVEL. FAMÍLIA. UNIÃO ESTÁVEL. NÃO COMPROVAÇÃO. RELACIONAMENTO PARALELO AO CASAMENTO. CONCUBINATO. IMPEDIMENTO DO ART. 1.521 DO CC. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. POR MAIORIA. Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. Art. 1.727. As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato. APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DE FAMÍLIA. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL. SEPARAÇÃO DE FATO DO AUTOR NÃO COMPROVADA. IMPEDIMENTO PARA O CASAMENTO. Para o reconhecimento da união estável, a lei exige prova acerca da vida em comum pública, duradoura e contínua, sendo imprescindível a ausência de impedimento para o casamento ou a comprovação da separação de fato. Precedentes do STJ. Manutenção da sentença. Desprovimento do recurso. (Apelação Civil 00428595120108020001, 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, Relator Desembargador Eduardo José de Andrade, Publicado em 28/01/2013)

não ser possível a aplicação das regras sucessórias nas relações concomitantes, sustentam impossibilidades legais, morais e religiosas. Por outro lado, os que defendem a isonomia de tratamento para as relações conjugais, inclusive no âmbito sucessório, defendem que, a exemplo do Direito das Famílias, o Direito Sucessório também tem como fundamento a relação afetiva e a busca da família eudaimonista (busca da felicidade dos membros familiares)⁶⁹, bem como se invoca o princípio da dignidade da pessoa humana.

Ruzik(2005, p. 6) define a simultaneidade familiar como uma pluralidade de núcleos concomitantes, fazendo referência à hipótese de que um indivíduo se torna componente de duas ou mais entidades familiares ao mesmo tempo, ou seja, duas famílias constituídas sendo compostas por um mesmo membro de forma sincronizada.

Segundo Paulo Luiz Netto Lobo⁷⁰, as uniões concomitantes são compostas por algumas prerrogativas básicas- o afeto, que é princípio basilar das entidades familiares, solidez da relação afetiva- sendo excluídas meras relações momentâneas e sem compromisso.

O autor ainda refere que, para o reconhecimento das uniões paralelas, não se mostra necessário comprovação temporal de sua existência, mas, sim, de uma duração razoável para que se possa consolidar o vínculo afetivo existente, passando, assim, a conviver como se fossem casados.

Nesse sentido, a exemplo do Direito de Família, o Código Civil de 2002, no que toca ao Direito das Sucessões, não atribui tratamento jurídico para as relações simultâneas. Ocorre que, quando um dos componentes dessa relação vem a falecer, muitas

⁶⁹ HIRONAKA, 2014, p. 59.

⁷⁰ LÔBO, Paulo Luiz Netto. Entidades familiares constitucionalizadas: para além do *numerusclausus*. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2552>> Acesso em: 10 out 2017

questões são postas em discussão, principalmente o direito do concubino (a) à partilha de bens pertencentes ao falecido⁷¹.

Aqui, mais uma vez, se mostra necessário abordar a polêmica questão da monogamia, uma vez que ambos os entendimentos são fundados na ideia de ser ou não a monogamia um princípio ou uma regra.

Alguns doutrinadores que acreditam ser impossível o reconhecimento das uniões paralelas como entidades familiares dignas de serem tuteladas pelo Estado pregam que tal reconhecimento seria uma afronta ao princípio da monogamia e que as referidas relações concomitantes não devem ser tratadas pelo Direito das Famílias e, sim, como tema do direito das obrigações - haja vista que não cumpririam com preceitos determinados pela Lei para o seu reconhecimento enquanto entidade familiar.

Nesse sentido, assim é o entendimento de Madaleno (2011) sobre o tema:

A relação adulterina configura sem sombra de dúvidas um fato social, capaz até de gerar resultados jurídicos no plano do Direito das Obrigações, mas jamais poderá alcançar a categoria de fato jurídico do Direito de Família, no modelo puro de uma entidade familiar (Madaleno, 2011, p. 1.090).

Na mesma linha, Euclides Oliveira (2009, p.218) afirma que o legislador foi claro ao prever direitos exclusivos à união estável e que as uniões concomitantes não se mostram como uma subespécie da união estável, não sendo estendidos os direitos desses, àqueles. Para esses doutrinadores, aquele que se une a um indivíduo que já tenha constituído família anteriormente, seja através do casamento ou da união estável, não será herdeiro

⁷¹ NOBRE, Efeitos Sucessórios do Concubinato Adulterino. Disponível em <<https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/213/1/MONO-GRAFIA%20AGLAENE%20DE%20ALMEIDA%20NOBRE.pdf>> Acessado em 03 nov 2017

e não poderá ser herdeiro legatário, nos termos das regras da sucessão legítima⁷².

Outrossim, segundo esse entendimento, as relações concomitantes seriam entendidas como uma sociedade de fato⁷³, sendo que se mostra necessário comprovação de efetivo aporte na constituição do patrimônio para que, então, seja possível a divisão dos bens existentes, conforme previsão da Súmula 380 do Supremo Tribunal Federal⁷⁴.

Cabe referir, ainda, que nos casos em que se mostra inviável a comprovação da colaboração na constituição do patrimônio, se mostra possível o recebimento de indenização por serviços prestados⁷⁵ ao concubino falecido.

Importante ressaltar que, nessa corrente que se mostra contrária ao reconhecimento das uniões paralelas como entidade familiar e seus efeitos sucessórios, há uma divisão de concepções. Parte dos doutrinadores defende que o reconhecimento de direitos sucessórios aos componentes das relações concomitantes não se mostra possível em hipótese alguma.

Outra parte da doutrina especializada⁷⁶ entende que nos casos em que a relação paralela se dá de boa-fé, ou seja, quando um dos componentes dessa relação desconhece que o outro já faz parte de outra relação entidade familiar constituída ante-

⁷² VELOSO, 2010, p. 207.

⁷³ Quando evidenciada a existência do concubinato e da conjugação de esforços na formação ou aumento do patrimônio de um ou de ambos os parceiros, reconhece-se a sociedade de fato e se atribui efeito jurídico à sua dissolução através da partilha dos bens. (Rizzardo, 1985, p. 168).

⁷⁴ Comprovada a existência de sociedade de fato entre os concubinos, é cabível a sua dissolução judicial, com a partilha do patrimônio adquirido pelo esforço comum. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=2482>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

⁷⁵ Trata-se de indenização referente à prestação de serviços de natureza diversa, em geral domésticos, de uma parte à outra, com vistas a ressarcir a dedicação à atividade laborativa, que tenha conduzido uma das partes a um enriquecimento em detrimento da outra (PESSOA, 1997, p. 121).

⁷⁶ AZEVEDO, 2001, p. 311

riormente, seria possível o mesmo reconhecimento dado à união estável/casamento, sendo atribuído a essa situação o nome de união estável putativa⁷⁷.

Por outro lado, os doutrinadores⁷⁸ que entendem a monogamia como uma regra ou uma simples convenção, defendem a igualdade e equiparação de direitos, aduzem que as uniões paralelas são fundadas no afeto e merecem a tutela jurisdicional da mesma forma que as outras uniões que igualmente possuem o princípio da afetividade, como elemento sustentador da relação que constituem.

Para Maria Berenice Dias (2015, p. 282) as uniões concomitantes, de boa-fé ou não, devem ser consideradas famílias, sendo que a ausência de reconhecimento vai de encontro a um fato social presente há muito tempo na sociedade. A autora ainda infere que a ausência de previsão legal e de reconhecimento pode ser um dos motivos para a existência de tantos casos de uniões paralelas ao casamento/união estável.

Silvio Sávio Venosa⁷⁹ coaduna com o mesmo entendimento e defende que, em que pese o art. 1.727 do Código Civil⁸⁰ determine a hipótese de uma relação concubina, não retira dessa modalidade de união os direitos que a ela são inerentes. Entende que cada caso deve ser analisado à luz dos direitos concedidos à união estável.

Tal entendimento, além de não considerar a monogamia um princípio, afirma que o art. 1.727 do Código Civil não nega o caráter familiar da relação nele descrito, o que poderia permitir seu reconhecimento como entidade familiar⁸¹.

⁷⁷ União entre solteiros, viúvos ou separados judicialmente sem constituir matrimônio formalmente. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi reconhecida como união estável. (PESSOA, op. cit, p. 43).

⁷⁸ SCHREIBER, 2009, p. 241

⁷⁹ VENOSA, 2006, p. 51.

⁸⁰ Art. 1.727. As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 4 nov. 2017.

⁸¹ ALMEIDA; RODRIGUES JÚNIOR. 2010, p. 316.

Nesse mesmo sentido, Maria Berenice afirma, ainda, que não há empecilho ao reconhecimento dos mesmos direitos sucessórios atribuídos à união estável/casamento, às relações concomitantes, e assevera, igualmente, que o indivíduo que constituir duas uniões estáveis simultaneamente, quando do seu falecimento, os concubinos sobreviventes terão direito a partilha em igual parte do montante patrimonial do *de cujus*⁸².

Por esse entendimento, o indivíduo que constituir uma relação paralela a um casamento pré-existente, quando do seu falecimento e dependendo do regime de bens escolhido, inicialmente será necessário realizar a meação⁸³ com a viúva, posteriormente, separar-se-ia a legítima, e o restante ou parte disponível do patrimônio que foi adquirido no decorrer da relação deverá ser partilhado com a concubina, sem que haja necessidade de comprovação de comum contribuição na constituição do patrimônio.

5.1 ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL

De uma breve pesquisa jurisprudencial nos Tribunais de Justiça do Brasil, bem como dos Tribunais Superiores, acerca das relações paralelas e seus efeitos sucessórios, constata-se que, em que pese haja um entendimento minoritário favorável, a grande maioria das decisões são no sentido de negar a concessão de direitos sucessórios ao concubino sobrevivente.

Como se percebe de alguns julgados que serão aqui analisados, as situações levadas ao judiciário são inúmeras vezes semelhantes: um indivíduo que já constituiu família, seja pelo casamento ou união estável, relaciona-se com outro indivíduo de forma duradoura, pública e notória, caracterizando a união concomitante. No entanto, permanece oficialmente casado (ou em união estável). Situação essa que resulta no impedimento do

⁸² DIAS, 2015, p.91

⁸³ Significa que a cada um dos cônjuges pertence metade do patrimônio comum. (DIAS, 2013, p. 55)

reconhecimento da união paralela em decorrência da previsão legal do art. 1.521, VI, do Código Civil⁸⁴.

É o que se evidencia da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no Recurso de Apelação n.º 5991764/1-00:

AGRAVO RETIDO. INTERPOSIÇÃO PELAS PARTES EM AUDIÊNCIA AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO EXPRESSO PARA SUA APRECIACÃO EM SEDE RECURSAL HIPÓTESE DE DESISTÊNCIA TÁCITA DOS RECURSOS INTELIGÊNCIA DO ART 523, íjlo DO CPC RECURSOS NÃO CONHECIDOS UNIÃO ESTÁVEL. RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO CUMULADOS COM PARTILHA DE BENS INADMISSIBILIDADE COMPANHEIRO CASADO QUANDO DA EXISTÊNCIA DO RELACIONAMENTO COM A AUTORA AUSÊNCIA DE PROVA DA EFETIVA SEPARAÇÃO DE FATO DO CONVIVENTE IMPEDIMENTO À CONFERÊNCIA DOS EFEITOS DECORRENTES DA EQUIPARAÇÃO À ENTIDADE FAMILIAR INTELIGÊNCIA DO ART. 1.723 & 1º DO CC/02 PRECEDENTES DO STJ. SENTENÇA MANTIDA RECURSO IMPROVIDO. (Apelação Civil nº 599.176.4/1-00, Relator Desembargador VitoGuglielmi, Sexta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, julgado em 05/03/2009).

Nesse caso, o recurso foi interposto por uma mulher que ostentou por longo tempo as características de estabilidade, publicidade, continuidade, durabilidade e finalidade - exigidas para o reconhecimento de união estável - com indivíduo que já havia constituído entidade familiar anteriormente, através do casamento e teve indeferida a concessão dos efeitos sucessórios, uma vez que o concubino não havia se separado de fato da esposa.

⁸⁴ Art. 1.521. Não podem casar:[...] VI - as pessoas casadas;

Na mesma senda, as decisões dos Tribunais de Justiça de Minas Gerais e Paraná (Recursos de Apelação n.º 1.0518.10.015356-9/002 e 885578-3/01, consecutivamente), negam, igualmente, os efeitos sucessórios às relações concomitantes:

AÇÃO DECLARATÓRIA - RECONHECIMENTO POST MORTEM DE UNIÃO ESTÁVEL c/c PETIÇÃO DE HERANÇA - CONCOMITÂNCIA DE CASAMENTO VÁLIDO - HIPÓTESE DE MANUTENÇÃO DE FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS - RECONHECIMENTO DE 'UNIÃO ESTÁVEL PUTATIVA' - DESCABIMENTO - PRINCÍPIO DA MONOGAMIA - ART. 1727 DO CÓDIGO CIVIL - NATUREZA CONCUBINÁRIA DA SEGUNDA RELAÇÃO. PARTICIPAÇÃO NO BENEFÍCIO DA PENSÃO POR MORTE - IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso de Apelação nº1.0518.10.015356-9/002, Relator Desembargador Eduardo Andrade, 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Julgado em 19/10/2012)

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS INFRINGENTES. AÇÃO DECLARATÓRIA DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM. VOTO MAJORITÁRIO QUE DECLAROU A IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL. VOTO MINORITÁRIO QUE RECONHECEU A EXISTÊNCIA DE UNIÃO ESTÁVEL E SEUS REFLEXOS PATRIMONIAIS. RELAÇÃO HAVIDA ENTRE AS PARTES QUE NÃO CONSTITUI UNIÃO ESTÁVEL. CASAMENTO DE UMA DAS PARTES. ÓBICE LEGAL AO DEFERIMENTO DO PEDIDO. IMPEDIMENTO MATRIMONIAL. ART. 1.723, §1º, DO CC/02. RELAÇÃO EXTRACONJUGAL LONGÍNQUA. EMBARGANTE QUE TINHA CIÊNCIA DO CASAMENTO DO VARÃO. ESPOSA QUE, DA MESMA FORMA, TINHA CIÊNCIA DA RELAÇÃO EXTRACONJUGAL MANTIDA PELO MARIDO. IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECER A RELAÇÃO COMO ENTIDADE FAMILIAR PARA GERAR REFLEXOS CIVIS (PARTILHA DE BENS E PENSÃO POR MORTE). MANUTENÇÃO DO VOTO MAJORITÁRIO NO JULGAMENTO DA APE-

LAÇÃO CÍVEL PRECEDENTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. O reconhecimento da união estável depende da verificação dos requisitos elencados no art. 1.723, CC - convivência pública, contínua e duradoura, com o intuito de constituir família - bem como a inexistência dos impedimentos previstos no art. 1.521 do mesmo Codex, dentre os quais se elenca o casamento de uma das partes. 2. No caso, há impedimento legal para reconhecimento da relação como de união estável tendo em vista o casamento do varão, que se manteve hígido ao longo da relação extraconjugal havida com a Embargante. 3. Aplicando-se a teoria da boa-fé, a relação amorosa em análise também não pode ser considerada uma entidade familiar paralela na medida em que, conforme comprovado nos autos, a Embargante possuía plena ciência da manutenção da relação matrimonial do varão, assumindo os riscos da relação mantida com o de cujus. 3. A teor da Súmula 380 do STF, a Embargante só poderia almejar a partilha dos bens do de cujus se comprovasse o esforço comum na aquisição dos mesmos, o que não ocorreu nos autos. 4. Quanto ao pedido de recebimento da pensão por morte, estando a tutela jurisdicional nestes Embargos Infringentes limitada às conclusões obtidas nos votos proferidos, não há como conferir referido direito à Embargante, conclusão que se mostra em conformidade com os precedentes do Superior Tribunal de Justiça. (Recurso de Apelação nº 885578-3/01, Relator Ivanise Maria Tratz Martins, 12ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, julgado em 29/01/2014).

Em suas decisões, os desembargadores teceram argumentos defensivos ao princípio da monogamia e, no caso do julgado do Estado do Paraná, em que pese preenchidos os requisitos para reconhecimento de união estável paralela, os direitos sucessórios não lhe foram concedidos sob o argumento de haver impedimentos previstos na lei infraconstitucional. Segundo a relatora do

recurso analisado, a concubina “*possuía plena ciência da manutenção da relação matrimonial do varão, assumindo os riscos da relação mantida.*”

Rolf Madaleno⁸⁵ e Zelo Veloso⁸⁶ coadunam com os mencionados julgamentos, no sentido de não conferir igualdade de direitos aos indivíduos que compõem uma relação concomitante a um casamento/união estável. No entanto, ambos os juristas fazem a ressalva de que a aplicação de tal entendimento deve depender de cada caso específico.

Nesse sentido, a exceção do mencionado entendimento seria a situação em que a relação paralela se dá de boa-fé, ou seja, quando um dos componentes dessa relação não tem conhecimento do impedimento do outro, sendo que, nesse caso, poderia ser reconhecida uma relação estável putativa, sendo reconhecidos, igualmente, os efeitos equiparados a união estável prevista em lei.

Por outro lado, em que pese seja ainda um entendimento minoritário, há algumas decisões nos tribunais brasileiros que entendem as relações paralelas como um fato social presente na sociedade há muito tempo e cada vez mais comum, sendo que lhe são atribuídos direitos e efeitos sucessórios de entidade familiar.

É o exemplo do julgado n.º 70066331992 do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em que o relator julgou ação de reconhecimento de união estável ajuizada por concubina em face do espólio do falecido concubino que mantinha outra união estável anteriormente constituída:

Apelação Cível. União estável. Sentença que declara, conjuntamente, a união estável do falecido com S. e com L. Existência de filhos com ambas. Destacada a limitação da revisão da sentença trazida a este Tribunal, estando o julgamento adstrito à existência ou não de elementos de união estável entre o

⁸⁵ MADALENO, 2011, p. 1.094.

⁸⁶ VELOSO, 2010, p. 207.

falecido e a apelada L.R., porquanto a mesma sentença declara a existência de união estável entre ele e a apelante e entre ele e a apelada, em período paralelo, não há dúvida pela prova produzida que o falecido teve com a recorrida relação afetiva de natureza pública, continuada, duradoura e com o objetivo de constituição de família, da qual resultou o nascimento de um filho. Circunstância em que, em caráter absolutamente excepcional, são admitidas duas uniões estáveis simultâneas. NEGARAM PROVIMENTO ÀS APELAÇÕES N.ºS 70066331745 E 70066331992. UNÂNIME. (Apelação Cível nº 70066331992, Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Relator Desembargador Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em 17/12/2015).

In caso, o voto da oitava câmara civil foi unânime no sentido de confirmar a sentença de primeiro grau que reconheceu a “*existência de duas uniões estáveis mantidas, em período simultâneo...*”

Outrossim, vale ressaltar o julgamento do Recurso de Apelação julgado pelo Desembargador Marcelo Carvalho da Silva, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, no qual, contrariando parecer ministerial, reconheceu a união estável para fins sucessórios e cíveis de concubina que constituiu uma relação concomitante com um homem casado.

DIREITO DE FAMÍLIA. APELAÇÃO AÇÃO DECLARATÓRIA DE UNIÃO ESTÁVEL PÓS-MORTE. CASAMENTO E UNIÃO ESTÁVEL CONCOMITANTE. SEPARAÇÃO DE FATO NÃO COMPROVADA. UNIÃO ESTÁVEL CONFIGURADA. RECONHECIMENTO. POSSIBILIDADE. FAMÍLIAS PARALELAS. FENÔMENO FREQUENTE. PROTEÇÃO ESTATAL. REFORMA DA SENTENÇA. APELAÇÃO PROVIDA. I-O reconhecimento da união estável exige demonstração de convivência pública, contínua e duradoura entre o homem e a mulher, estabelecida com o objetivo de constituição de família, bem como que inexistam

impedimentos à constituição dessa relação. Inteligência dos artigos 1.723 e 1.726 do Código Civil. II - No caso sob análise, tem-se que o de cujus, mesmo não estando separado de fato da esposa, manteve união estável com a apelante por mais de 15 (quinze) anos, o que caracteriza a família paralela, fenômeno de frequência significativa na realidade brasileira. O não reconhecimento de seus efeitos jurídicos traz como consequências severas injustiças. IV - O Des. Lourival Serejo pondera: “Se o nosso Código Civil optou por desconhecer uma realidade que se apresenta reiteradamente, a justiça precisa ter sensibilidade suficiente para encontrar uma resposta satisfatória a quem clama por sua intervenção.” V – O comando sentencial deve ser reformado para o fim de reconhecer a união estável. VI - Apelação provida, contrariando o parecer ministerial.(TJ-MA - APL: 0000632015 MA 0049950-05.2012.8.10.0001, Relator: MARCELO CARVALHO SILVA Data de Julgamento: 26/05/2015, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 10/06/2015).

Nesse caso, a decisão foi mais inovadora, pois foi de encontro com a maioria das decisões judiciais que negam o reconhecimento das relações paralelas pelo fato de um dos envolvidos ser casado (ou constituir união estável) e não ser separado de fato.

Em seus argumentos, para reconhecer o paralelismo das relações, o relator defendeu que *“a união estável e suas condições de existência também acompanharam essas transformações sociais”...*

No que toca às relações paralelas, aduziu que:

como é sabido, trata-se de fenômeno de frequência significativa na realidade brasileira, e o não reconhecimento de seus efeitos jurídicos traz, como consequências, severas injustiças... Não se afigura razoável que a mulher, que dedicou sua vida ao companheiro, fique totalmente desamparada no momento em que ela e o filho mais necessitam de auxílio.

Em concordância com tal julgado, Flávio Tartuce(2009. p. 7) discorre sobre a celeuma da “separação de fato”. Aduzindo que nem sempre o fato de um casamento/união não ser desfeito formalmente, significa a existência do vínculo afetivo que uniu os indivíduos. Em muitos casos há um distanciamento afetivo, mesmo que os indivíduos residam na mesma casa, entendendo o doutrinador que a ausência do afeto pode caracterizar a separação de fato.

Segundo o autor, nesses casos *“os corpos estão próximos, mas os espíritos estão distantes”*, o que, pela lógica que une dois indivíduos - com o desejo comum de dividir suas vidas, possibilitaria o reconhecimento das relações paralelas que se constituem como uniões estáveis para todos os seus efeitos jurídicos.

No entanto, esse não é o entendimento dos tribunais superiores, uma vez que os poucos julgados dos tribunais estaduais que reconhecem as relações paralelas e seus efeitos sucessórios, ao passarem pelo crivo dos tribunais superiores, são barrados e têm suas decisões reformadas.

É o que se percebe dos julgados do Superior Tribunal de Justiça (Resp n.º 1.096.539 RS, REsp n.º 1348458 MG, REsp 1157273 / RN) que firma entendimento pelo não reconhecimento dessas relações:

DIREITO DE FAMÍLIA E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL. HOMEM CASADO. OCORRÊNCIA DE CONCUBINATO. INDAGAÇÕES ACERCA DA VIDA ÍNTIMA DOS CÔNJUGES. IMPERTINÊNCIA. INVIOABILIDADE DA VIDA PRIVADA. SEPARAÇÃO DE FATO NÃO PROVADA. ÔNUS DA PROVA QUE RECAI SOBRE A AUTORA DA AÇÃO.1. A jurisprudência do STJ e do STF é sólida em não reconhecer como união estável a relação concubinária não eventual, simultânea ao casamento, quando não estiver provada a separação de fato ou de direito do parceiro casado.2. O acórdão recorrido estabeleceu

que o falecido não havia desfeito completamente o vínculo matrimonial - o qual, frise-se, perdurou por **trinta e seis anos** -, só isso seria o bastante para afastar a caracterização da união estável em relação aos últimos **três anos** de vida do *de cujus*, período em que sua esposa permaneceu transitariamente inválida em razão de acidente. Descabe indagar com que propósito o falecido mantinha sua vida comum com a esposa, se por razões humanitárias ou qualquer outro motivo, ou se entre eles havia “vida íntima”.

3. Assim, não se mostra conveniente, sob o ponto de vista da segurança jurídica, inviolabilidade da intimidade, vida privada e dignidade da pessoa humana, discussão acerca da quebra da *affectio familiae*, com vistas ao reconhecimento de uniões estáveis paralelas a casamento válido, sob pena de se cometer grave injustiça, colocando em risco o direito sucessório do cônjuge sobrevivente.

4. Recurso especial provido (REsp n.º 1.096.539, Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, Relator Ministro Luis Felipe Salomão, julgado em 27/03/2002).

DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FAMÍLIA. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL. RELAÇÃO CONCOMITANTE. DEVER DE FIDELIDADE. INTENÇÃO DE CONSTITUIR FAMÍLIA. AUSÊNCIA. ARTIGOS ANALISADOS: ARTS. 1º e 2º da Lei 9.278/96. 1. Ação de reconhecimento de união estável, ajuizada em 20.03.2009. Recurso especial concluso ao Gabinete em 25.04.2012. 2. Discussão relativa ao reconhecimento de união estável quando não observado o dever de fidelidade pelo de cujus, que mantinha outro relacionamento estável com terceira. 3. Embora não seja expressamente referida na legislação pertinente, como requisito para configuração da união estável, a fidelidade está ínsita ao próprio dever de respeito e lealdade entre os companheiros. 4. A análise dos requisitos para configuração da união estável deve centrar-se

na conjunção de fatores presente em cada hipótese, como a *affectiosocietatis* familiar, a participação de esforços, a posse do estado de casado, a continuidade da união, e também a fidelidade. 5. Uma sociedade que apresenta como elemento estrutural a monogamia não pode atenuar o dever de fidelidade - que integra o conceito de lealdade e respeito mútuo - para o fim de inserir no âmbito do Direito de Família relações afetivas paralelas e, por consequência, desleais, sem descuidar que o núcleo familiar contemporâneo tem como escopo a busca da realização de seus integrantes, vale dizer, a busca da felicidade. 6. Ao analisar as lides que apresentam paralelismo afetivo, deve o juiz, atento às peculiaridades multifacetadas apresentadas em cada caso, decidir com base na dignidade da pessoa humana, na solidariedade, na afetividade, na busca da felicidade, na liberdade, na igualdade, bem assim, com redobrada atenção ao primado da monogamia, com os pés fincados no princípio da eticidade. 7. Na hipótese, a recorrente não logrou êxito em demonstrar, nos termos da legislação vigente, a existência da união estável com o recorrido, podendo, no entanto, pleitear, em processo próprio, o reconhecimento de uma eventual uma sociedade de fato entre eles. 8. Recurso especial desprovido. (REsp n.º 1348458, Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, Relator Ministra Nancy Andrighi, Julgado em 08/05/2014).

Direito civil. Família. Paralelismo de uniões afetivas. Recurso especial. Ações de reconhecimento de uniões estáveis concomitantes. Casamento válido dissolvido. Peculiaridades. Sob a tônica dos arts. 1.723 e 1.724 do CC/02, para a configuração da união estável como entidade familiar, devem estar presentes, na relação afetiva, os seguintes requisitos: (i) dualidade de sexos; (ii) publicidade; (iii) continuidade; (iv) durabilidade; (v) objetivo de constituição de família; (vi) ausência de impedimentos para o casamento, ressalvadas as hipóteses de separação de fato ou judicial; (vii)

observância dos deveres de lealdade, respeito e assistência, bem como de guarda, sustento e educação dos filhos. A análise dos requisitos ínsitos à união estável deve centrar-se na conjunção de fatores presente em cada hipótese, como a *affectiosocietatis* familiar, a participação de esforços, a posse do estado de casado, a continuidade da união, a fidelidade, entre outros.

A despeito do reconhecimento na dicção do acórdão recorrido da união estável entre o falecido e sua ex-mulher, em concomitância com união estável preexistente, por ele mantida com a recorrente, certo é que já havia se operado entre os ex-cônjuges a dissolução do casamento válido pelo divórcio, nos termos do art.1.571, § 1º, do CC/02, rompendo-se, em definitivo, os laços matrimoniais outrora existentes entre ambos. A continuidade da relação, sob a roupagem de união estável, não se enquadra nos moldes da norma civil vigente art. 1.724 do CC/02, porquanto esse relacionamento encontra obstáculo intransponível no dever de lealdade a ser observado entre os companheiros. O dever de lealdade implica franqueza, consideração, sinceridade, informação e, sem dúvida, fidelidade. Numa relação afetiva entre homem e mulher, necessariamente monogâmica, constitutiva de família, além de um dever jurídico, a fidelidade é requisito natural? (Velloso Zeno apud Ponzoni, Laura de Toledo. Famílias simultâneas: união estável e concubinato. Disponível em <http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=461>. Acesso em abril de 2010). Uma sociedade que apresenta como elemento estrutural a monogamia não pode atenuar o dever de fidelidade que integra o conceito de lealdade para o fim de inserir no âmbito do Direito de Família relações afetivas paralelas e, por consequência, desleais, sem descurar que o núcleo familiar contemporâneo tem como escopo a busca da realização de seus integrantes, vale dizer, a busca da felicidade. As uniões afetivas plúrimas, múltiplas, simultâneas e paralelas têm ornado o cenário fático dos processos de família, com os mais inusitados arranjos, entre eles, aqueles

em que um sujeito direciona seu afeto para um, dois, ou mais outros sujeitos, formando núcleos distintos e concomitantes, muitas vezes colidentes em seus interesses. Ao analisar as lides que apresentam paralelismo afetivo, deve o juiz, atento às peculiaridades multifacetadas apresentadas em cada caso, decidir com base na dignidade da pessoa humana, na solidariedade, na afetividade, na busca da felicidade, na liberdade, na igualdade, bem assim, com redobrada atenção ao primado da monogamia, com os pés fincados no princípio da eticidade. Emprestar aos novos arranjos familiares, de uma forma linear, os efeitos jurídicos inerentes à união estável, implicaria julgar contra o que dispõe a lei; isso porque o art. 1.727 do CC/02 regulou, em sua esfera de abrangência, as relações afetivas não eventuais em que se fazem presentes impedimentos para casar, de forma que só podem constituir concubinato os relacionamentos paralelos a casamento ou união estável pré e coexistente. Recurso especial provido (REsp 1157273/RN, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/05/2010, DJe 07/06/2010).

Tais julgados vão ao encontro do entendimento do Excelsior Supremo Tribunal Federal, no que toca ao não reconhecimento das relações paralelas a um casamento ou união estável, os quais fundamentam tais decisões na ausência de prova da separação de fato da relação pré-constituída ou atribuindo a essas relações, meras sociedades de fato, indenização por serviços prestados por um dos indivíduos que compõe a relação concomitante, ou mesmo mero concubinato sem efeitos jurídicos.

Em decisão proclamada pela Suprema Corte no Recurso Extraordinário, interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia que reconheceu a existência de união paralela a um casamento, os Ministros, por maioria dos votos, deformaram a decisão e julgaram pelo não reconhecimento da união paralela:

Companheira e Concubina – Distinção. Sendo o Direito uma verdadeira ciência, impossível é confundir institutos, expressões e vocábulos, sob pena de prevalecer a babel. União Estável – Proteção do Estado. A proteção do Estado à união estável alcança apenas as situações legítimas e nestas está incluído o concubinato. Pensão – Servidor Público – Mulher – Concubina – Direito. A titularidade da pensão decorrente do falecimento de servidor público pressupõe vínculo agasalhado pelo ordenamento jurídico, mostrando-se impróprio o implemento de divisão a beneficiar, em detrimento da família, a concubina. (Recurso Extraordinário nº 397.762-8, Ministro relator Marco Aurélio, Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, Julgado em 04/10/2005)

O caso enfrentado pelo STF versou sobre situação em que um homem que contraiu matrimônio com uma mulher e manteve uma relação simultaneamente ao casamento, com outra mulher, ao longo de 37 anos, sendo que desse relacionamento paralelo nasceram 9 (nove) filhos.

In casu, a decisão, por maioria, foi no sentido de não reconhecer a referida relação e consequentes efeitos jurídicos, sob o argumento de que se tratava de simples concubinato e que, por esse motivo, não se equipara à união estável prevista na carta maior, tendo como possibilidade apenas o reconhecimento de uma sociedade de fato.

Cabe ressaltar que, no referido julgado, o voto vencido foi o do Ministro, à época, Carlos Ayres Britto, que defendeu o reconhecimento da mencionada relação como uma união paralela, considerando a estabilidade, durabilidade e afeto constituído ao longo de 37 anos de vida.

Nas palavras do Ministro Carlos Ayres Britto, “*não há concubinos para a Lei Mais Alta do nosso País, porém casais em situação de companheirismo.*” Referiu ainda que no Direito não é possível

sentir ciúmes pela parte supostamente traída e que ao ordenamento jurídico apenas cabe “*atuar como instância protetiva. Não censura ou por qualquer modo embaraçante.*”

No entanto, em que pese às considerações do respeitável ministro, a Suprema Corte negou reconhecimento à união paralela que durou mais de 37 anos, que só findou porque o concubino faleceu.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode negar que o Direito das Famílias passou por grandes mudanças no decorrer do tempo, se amoldando às inovações trazidas pela evolução da sociedade e pelas mais diferenciadas formas de relacionamento entre os indivíduos.

A Constituição Federal de 1988 trouxe transformações inovadoras em relação ao reconhecimento de outras formas de constituir família (união estável e família monoparental), a igualdade entre mulher e homem, assim como pautou a tutela das famílias sob o manto da dignidade da pessoa humana, da afetividade e da pluralidade familiar.

Tais inovações marcaram o fim daquela família fundada em interesses patrimoniais e de procriação e passa a dar lugar ao afeto, ao cuidado e realização de cada indivíduo formador da entidade familiar.

Com isso, não se pode negar a tentativa da carta constitucional em abarcar e tutelar o maior número de situações possíveis, no que toca ao Direito das Famílias, assim como o olhar sensível lançado pelo legislador ao reconhecer outros arranjos familiares.

No entanto, como foi possível perceber no decorrer da escrita, as uniões paralelas, em que pese não seja um novo arranjo familiar por já existir há muito tempo em nossa sociedade, deixou de ser enfrentada no texto constitucional, restando à lei infraconstitucional prever sua existência sem lhe atribuir direitos adequados.

As decisões judiciais dos tribunais brasileiros mostram-se em sua grande maioria contrárias ao reconhecimento das relações paralelas e seus efeitos sucessórios decorrentes. No entanto, essa ausência de reconhecimento resulta em grande injustiça, tendo em vista que, muitas vezes, relações que duram uma vida toda acabam sendo invisibilizadas e marginalizadas.

Na tentativa de não causar tantos danos aos indivíduos que decidem viver nessas relações, algumas decisões atribuem a essas situações indenizações por serviços prestados ou reconhecem apenas uma sociedade de fato entre os concubinos, o que pode ser uma solução imediatista, mas acaba por desconsiderar o afeto, o amor, a cumplicidade e companheirismo existente entre os indivíduos, desvirtuando totalmente aquela relação e atribuindo apenas efeitos financeiros a elas.

O entendimento majoritário dos tribunais brasileiros baseia-se na monogamia como um princípio que norteia as entidades familiares. Não se pode negar e nem tentar retirar o entendimento enraizado na sociedade e nos legisladores de que a monogamia é o fator proibidor das relações paralelas e que seria um garantidor de fidelidade e lealdade nas relações conjugais. Essa ideia está entranhada nos indivíduos há muito tempo.

A grande celeuma observada em relação à monogamia entre doutrinadores e jurisprudências analisadas para esse trabalho, está no fato de ser a monogamia um princípio ou uma regra. Os que defendem a possibilidade de reconhecimento das relações paralelas fundamentam essa ideia no fato de ser a monogamia uma simples regra. Já os que são contrários ao reconhecimento dessas relações baseiam suas teses na monogamia como um princípio que regula as famílias.

Para Humberto Ávila (2011, p. 38), baseado no entendimento de Robert Alexy, *“as regras instituem obrigações absolutas, não superadas por normas contrapostas, enquanto os princípios instituem*

obrigações pima facie, na medida em que podem ser superadas ou derogadas em função dos outros princípios colidentes”.

Possível entender, assim, que os princípios comportam fundamentos para aplicação de uma regra aplicável a cada caso em concreto. Seguindo essa ideia, o fundamento trazido por àqueles que são contrários ao reconhecimento das uniões paralelas perderia força, pois, sendo a monogamia um princípio, esse poderia ser superado por outros princípios colidentes, como, por exemplo, o da dignidade da pessoa humana, da liberdade, da pluralidade familiar e afetividade.

Dessa forma, parece mais adequado tratar a monogamia como uma regra comportamental entre indivíduos que se relacionam afetivamente, uma vez que as regras seriam normas que podem ou não podem ser realizadas, em que a quebra de uma regra declara sua invalidade ou se abre a possibilidade de criar uma exceção a ela.

Em se tratando a monogamia como uma regra, ao constituir uma relação concomitante ao casamento ou união estável, estaria o indivíduo núcleo das duas relações rompendo com a regra da lealdade e fidelidade intrínseca na monogamia, sendo possível, assim, criar-se uma exceção e reconhecer, bem como atribuir os efeitos jurídicos àquela relação que se constituiu paralelamente, haja vista a quebra da regra de fidelidade.

Em que pese esse não seja o entendimento do legislador e do poder judiciário, não se pode admitir que a idolatria à monogamia como um princípio regulamentador do instituto do matrimônio acabe por beneficiar aquele que o desrespeita, uma vez que a ausência de reconhecimento e regulamentação das relações paralelas acaba por ter efeito contrário do desejado pelo legislador e pela sociedade, pois acaba promovendo sua existência e incentivando a irresponsabilidade daquele que constitui duas famílias, haja vista que seu patrimônio não sofrerá abalo algum.

Nesse sentido, mostra-se de extrema relevância o estudo e a discussão sobre esse tema, pois, embora bastante denso e delicado, trata de situações em que estão envolvidos indivíduos que, muitas vezes, principalmente após o falecimento de um dos concubinos, ficam desamparados, haja vista que o entendimento daqueles que deveriam tutelar seus direitos é de que aquela relação que viveu acreditando ser sua família não possui valor jurídico.

Vale ressaltar que não se trata, aqui, de pensar em formas de desvalorizar ou desmantelar os institutos do matrimônio e da união estável, mas de lançar um olhar aos indivíduos que compõem essas relações sem carga pejorativa ou acusatória, mas, sim, um olhar cuidadoso, apropriado a seres humanos que carregam em sua essência dignidade e são merecedores de respeito e de tutela do Estado.

Da mesma forma, não se trata de defender uma proteção do Estado àquelas relações esporádicas e momentâneas em que os indivíduos casados ou em união estável se envolvam, o que se almeja é o reconhecimento daquelas relações que se constituem no mesmo espaço de tempo de uma outra relação pré-existente, que ostentem os requisitos de uma entidade familiar, quais sejam afetividade, o desejo mútuo de constituir família, estabilidade e ostentabilidade.

“O afeto merece ser visto como uma realidade digna de tutela”.

Maria Berenice Dias

REFERÊNCIAS

A mulher e o casamento na sociedade brasileira no século XX e XXI: Breve comparativo histórico. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33771-44077-1-PB.pdf>. Acessado em 20 nov 2017

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. São Paulo: PC Editora, 2011.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Estatuto da família de fato**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ALMEIDA, Renata Barbosa de; RODRIGUES JÚNIOR, Walsir Edson. **Direito Civil: Famílias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BERTUOL, Pedro Henrique Barbisan. **A tutela Jurídica das Famílias Simultâneas**, 2012. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67276/000872768.pdf?sequence=1>>. p 14. Acesso em 13 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.406/2002. **Código Civil**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 11 jan 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071impressao.htm>. Acesso em 26 out. 2017.

BRASIL, Lei nº 6.515 de dezembro de 1977. **Dissolução de sociedade conjugal**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 27 dez 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6515.htm> Acessado em 15 nov 2017

BRASIL. Lei nº 10.406/2002. **Código Civil**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 11 jan 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 4 nov. 2017.

CAVALCANTE, Camilla de Araújo. **Famílias Pós-Modernas: a tutela constitucional à luz do princípio da dignidade da pessoa humana**. Curitiba: Juruá, 2016.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 10ª edição. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2015.

CUNHA, Matheus Antonio da. **O conceito de família e sua evolução histórica**, 2009. Disponível em: <<http://investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/historia-do-direito/170332>> Acessado em 08 out 2017

CORRÊA, Marise Soares. **A História e o discurso da lei: o discurso antecede à história**. Porto Alegre: PUCRS, 2009. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

DIAS, Maria Berenice **O dever de fidelidade**. Disponível em: [http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_549\)2_o_dever_de_fidelidade.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_549)2_o_dever_de_fidelidade.pdf). p. 02. Acesso em 26 out 2017.

DIAS, Maria Berenice. **O dever de fidelidade**. [http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_549\)2_o_dever_de_fidelidade.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_549)2_o_dever_de_fidelidade.pdf) Acessado em 22 out 2017

DIAS, Maria Berenice. **Manual das Sucessões**. 3ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 7ª ed. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 1981

FACHIN, Luiz Edson. **Direito de Família, elementos críticos à luz do novo código civil brasileiro**. 2ª ed. Porto Alegre: Renovar, 2003.

FERRARINI, Letícia. **Famílias simultâneas e seus efeitos jurídicos: pedaços da realidade em busca da dignidade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora. 2010.

GRAEFF, Fernando René. **Unões Paralelas e Direito das Sucessões**. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS-nº 30, 2012.

GOMES, Myrna Maria Rodrigues Neves. **As novas entidades familiares: o caminho trilhado para um novo conceito de família**. Disponível http://www.fespfaculdades.com.br/painel/uploads/arquivos/trabArquivo_30082010080840_MYRNA.pdf. p. 28. Acesso em 14 out. 2017.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes. Revista IBDFAM: **Famílias e Sucessões**. In Famílias paralelas. Belo Horizonte: IBDFAM, v.1 (jan./fev.). 2014

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes. **Direito Civil**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Famílias**. 2ª edição. São Paulo. 2009.

LÔBO NETTO, Paulo Luiz. **Entidades familiares constitucionalizadas: para além do *numerus clausus***. In PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). **Família e Cidadania**. Anais do III Congresso Brasileiro de Direito de Família. Belo Horizonte. Del Rey, 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2552>> Acesso em: 10 out 2017

LISBOA, Roberto Senise. **Manual do Direito Civil: Direito de Família e das Sucessões**. 3ª ed. v.5. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

LÔBO, Paulo, **Socioafetividade: O Estado da Arte no Direito de Família Brasileiro**. Disponível em: <http://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/rjlb/2015/1/2015_01_1743_1759.pdf>. p. 1. Acesso em 19 out. 2017.

MORAES, Maria Celina...**Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado**. [et. al]; org. Ingo Wolfgang Sarlet. 2ª ed. Livraria do advogado. Porto Alegre.2006.

MADALENO, Rolf. **Curso de Direito de Família**. 4. Ed., ver., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Manual de redação acadêmica[manuscrito]: estrutura e normas/ Centro Universitário Metodista, do IPA. Porto Alegre: Centro Universitário Metodista, do IPA, 2011.

NORONHA, Carlos Silveira (Org.). **As Novas Perspectivas do Direito das Sucessões em tempos de modernidade e pós-modernidade**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NOBRE, Aglaene de Almeida. **Efeitos Sucessórios do Concubinato Adulterino**. Disponível em <<https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/213/1/MONOGRAFIA%20AGLAENE%20DE%20ALMEIDA%20NOBRE.pdf>> Acessado em 03 nov 2017

NEUMANN, Juarez Rosales. **Do Casamento ao Concubinato**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.

OLIVEIRA, Amanda Muniz. BASTOS, Rodolpho Alexandre dos Santos. **A Família de ontem, a família de hoje: Considerações sobre o papel da mulher no direito de família brasileiro**. Revista Jurídica Cesumar. Vol. 17. 2017

OLIVEIRA, Euclides. **União Estável na Jurisprudência do STJ e do STF**. In: HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes (Coord.); TARTUCE, Flávio (Coord.); SIMÃO, José Fernando (Coord.). **Direito de Família e das Sucessões: temas atuais**. São Paulo: Método, 2009.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Uma principiologia para o direito de família**. Disponível em<http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/40.pdf> Acessado em 22/10/2017

PESSOA, Cláudia Grieco Tabosa. **Efeitos Patrimoniais do Cuncubinato**. São Paulo: Saraiva, 1997

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Concubinato e União Estável**. São Paulo: Saraiva, 2012.

RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. **Famílias Simultâneas e monogamia**. In: DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 10ª edição. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2015.

RUZIK, Carlos Eduardo Pianovski. **Famílias simultâneas**: Da unidade codificada à pluralidade constitucional. Rio de Janeiro: Renovar:2005

RIZZARDO, Arnaldo. **Casamento e Concubinato – efeitos patrimoniais-**. Rio de Janeiro: AIDE, 1985

SOALHEIRO, Luiza Helena Messias. **Família Paralela: uma análise à luz do pluralismo familiar**. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,familia-paralela-uma-analise-a-luz-do-pluralismo-familiar,43622.html#_ftn1>. Acesso em 14 out. 2017.

SOARES, Lara Rafaelle Pinho. O pluralism familiar: **A Valorização do Direito de Família – Antigos e Novos Paradigmas**. Disponível em: <<file:///C:/Users/ariad/Downloads/2442-9399-1-PB.pdf>>. p. 9. Acessado em: 14 out. 2017.

Supremo Tribunal Federal. Julgamento da diferença entre cônjuge e companheiro para fins sucessórios. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=342982>> Acessado em 29 out 2017.

SCHREIBER, Anderson. **Família Simultânea e Redes Familiares**. In: HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes (Coord.); TARTUCE, Flávio (Coord.); SIMÃO, José Fernando (Coord.). Direito de Família e das Sucessões: temas atuais. São Paulo: Método, 2009.

Sites dos Tribunais do Brasil, Portal CNJ. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/portais-dos-tribunais>> Acessado em: 26 out 2017

Supremo Tribunal Federal. Súmula 380. Comprovada a existência de sociedade de fato entre os concubinos, é cabível a sua dissolução judicial, com a partilha do patrimônio adquirido pelo esforço comum. Diário de Justiça 08 mai 1964. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=2482>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

TARTUCE, Flávio. **Separados pelo casamento**: um ensaio sobre o concubinato, a separação de fato e a união estável. Revista Brasileira

de Direito Civil Comparado pela PUC/SP. Nº 8. Porto Alegre: Magister, fev/mar. 2009

VELOSO, Zeno. **Direito hereditário do cônjuge e do companheiro**. São Paulo: Saraiva, 2010.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito de família**. In:____. Direito Civil. 6.ed. v.6, São Paulo: Atlas, 2006.

Vade-mecum: Saraiva. 24^a ed. São Paulo: Saraiva, 2017